



Colégio

00001

Sala

0001

Ordem

0001

Dezembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de **Analista Judiciário** **Área Judiciária**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Básicos**
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A injustiça em um lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo o lugar.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

[Vida literária]

Aqueles que fazem versos e já atingiram a idade madura costumam receber cartas de outros que também os fazem, mas estão na casa dos vinte. Parece que esse é um dos prêmios (muito discutíveis) de envelhecer: ser solicitado pelos mais novos a dar opiniões sobre os vagidos do talento. O moço apresenta-se confiante, às vezes entusiástico, sempre respeitoso; o "mestre" responde benévolo, paciente, minucioso, interessado em pormenores biográficos, ocultando sua vaidade sob um verniz de simpatia: "Escreva sempre, meu filho." A isto se chama vida literária.

Sendo a literatura fenômeno socializante por excelência, contudo permanece fenômeno individual quanto à produção. E eu vos pergunto: pode a experiência do mais idoso servir à hesitação do jovem, dissolvê-la em certeza, encaminhá-la a rumo certo? Haverá utilidade nessa conversa de gerações?

É certo que cinco ou dez anos depois a receita do mais velho foi esquecida e o mestre com ela. Sucede também que após esse lapso de tempo o mestre seja, não esquecido, mas negado. Ataca-se o mestre, descobre-se que ele o não é. Noventa (que digo? cem por cento) de nossas admirações da adolescência resolvem-se em indiferença, vergonha ou desprezo. Na força do adulto, vingase o homem das debilidades do período de crescimento físico e intelectual, negando o que adorara. Os mestres de poesia não escapam a essa contingência, e ao escreverem uma "carta ao jovem poeta" deveriam meditar bem na escolha das palavras e no prazo de validade do sortilégio.

Mas o pessimismo da verificação não deve secar no homem de cinquenta o terno interesse pelo rapaz de vinte. O admirador juvenil é tão autêntico e honesto quanto o lapidador de vinte e cinco ou trinta. Cada idade tem sua moral e sua sensibilidade.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond. **Passeios na ilha**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 113-114)

1. Ao abordar a relação que costuma existir entre jovens escritores e escritores maduros, Carlos Drummond de Andrade considera que
 - (A) a consagração dos autores veteranos desde sempre desperta nos mais jovens um ressentido anseio de superação.
 - (B) a permanência da admiração dos autores estreados pelos já reconhecidos depende da acolhida que estes dão àqueles.
 - (C) o dinamismo dessa relação se mostra quando os mais velhos recebem as proveitosas lições dos mais jovens.
 - (D) a instabilidade dessa relação se mostra quando os novos escritores passam a ignorar ou a menosprezar a quem reverenciaram.
 - (E) o despeito dos jovens escritores pelo sucesso dos velhos mestres relativiza-se quando também eles se consagram.

2. No último parágrafo do texto, adverte-se que
 - (A) os malogrados impulsos da juventude devem ser considerados anomalias compreensíveis.
 - (B) os jovens exigentes devem admitir que é natural haver maior sinceridade entre os velhos.
 - (C) as fases da vida precisam ser reconhecidas pelas características que lhes são próprias.
 - (D) é preciso admitir o impulso pessimista de que se nutrem os mais velhos diante dos jovens.
 - (E) as diversas idades humanas expõem divergências morais efetivamente inaceitáveis.

3. Considerando-se o contexto, está adequadamente interpretado o sentido de uma expressão do texto em:
 - (A) *os vagidos do talento* (1º parágrafo) = as explosões de uma vocação autêntica
 - (B) *sob um verniz de simpatia* (1º parágrafo) = com o brilho de uma animada acolhida
 - (C) *servir à hesitação do jovem* (2º parágrafo) = curvar-se diante da angústia juvenil
 - (D) *vinga-se o homem das debilidades* (3º parágrafo) = retrai-se o ser diante de seus lapsos
 - (E) *prazo de validade do sortilégio* (3º parágrafo) = limite da vida útil do encantamento

4. Respeitam-se plenamente as normas de concordância verbal na frase:
 - (A) Não se admitem que os jovens poetas passem de repente a desonrar sua admiração inicial pelos poetas mais velhos.
 - (B) Aos jovens poetas não sucede permanecerem fiéis à admiração já demonstrada pelos poetas mais velhos.
 - (C) Caberiam aos moços talentosos aproveitar melhor as boas lições que lhes foram passadas pelos velhos mestres.
 - (D) Haveria de passar muitos anos para que aqueles jovens poetas recuperassem seu respeito pelos mestres de outrora.
 - (E) Recomendam-se aos críticos que não levem em conta os ardores fortes e voluntariosos dos jovens poetas.



5. Transpondo-se para a voz **ativa** a frase *Ataca-se o mestre, descobre-se que ele o não é*, as formas verbais deverão ficar
- (A) **atacam e descobrem**
 - (B) **é atacado e é descoberto**
 - (C) **sendo atacado e fora descoberto**
 - (D) **atacou-se e descobriu-se**
 - (E) **atacaram e descobriram**
-
6. Eu vos pergunto: pode a experiência do mais velho servir às hesitações do jovem, fazer o jovem superar essas hesitações, convencer o jovem a não mais render culto às hesitações?
- Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) **fazê-lo – convencê-lo – lhes render culto**
 - (B) **fazer-lhe – convencer-lhe – render culto às mesmas**
 - (C) **fazê-lo – lhe convencer – render-lhes culto**
 - (D) **o fazer – o convencer – a render culto**
 - (E) **lhe fazer – lhe convencê-lo – lhe rendê-la culto**

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Em torno da pena de morte

Numa crônica anterior, comentei um crime bárbaro e evoquei figuras de criminosos repugnantes. Alguns leitores observaram que, de qualquer forma, explicações sociológicas ou psicológicas não valem como desculpas para crimes atrozes. E perguntaram: “Você é contra ou a favor da pena de morte?”

Imagine que um deus, um poder absoluto ou um texto sagrado declarem que quem roubar ou assaltar será enforcado, ou terá a mão cortada. Nesse caso, puxar a corda, afiar a faca ou assistir à execução seria simples, pois a responsabilidade moral do veredito não estaria conosco. Nas sociedades tradicionais em que a punição é decidida por uma autoridade superior a todos, as execuções podem ser públicas: a coletividade festeja o soberano que se encarregou da justiça – que alívio!

A coisa é mais complicada na modernidade, em que os cidadãos comuns (como você e eu) são a fonte de toda a autoridade jurídica e moral. Hoje, no mundo ocidental, se alguém é executado, o braço que mata é, em última instância, o dos cidadãos – o nosso. Mesmo que o condenado seja indiscutivelmente culpado, pairam mil dúvidas. Matar um condenado à morte não é mais uma festa, pois é difícil celebrar o triunfo de uma moral tecida de perplexidades. As execuções acontecem em lugares fechados, diante de poucas testemunhas: há uma espécie de vergonha. Essa discricção é apresentada como um progresso: os povos civilizados não executam seus condenados nas praças. Mas o dito progresso é, de fato, um corolário das incertezas éticas da nossa cultura.

São questões a considerar, creio, antes de responder à pergunta inicial, que me fizeram alguns leitores.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Terra de ninguém**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 94-95)

7. Um posicionamento diante da aceitabilidade ou não da pena de morte, segundo o autor do texto, deve considerar
- (A) a gravidade do crime cometido e o caráter alegadamente irreversível do criminoso.
 - (B) o reconhecimento da autoridade da qual provém a decisão sobre esse assunto.
 - (C) o código jurídico transnacional que legitima e legaliza o eventual cumprimento da pena.
 - (D) a exigência ética que permeia nossa cultura e desautoriza as soluções mais drásticas.
 - (E) o tipo de espetáculo que os ritos de execução pretendem encenar frente ao público.
-
8. Em contraponto à radicalidade de posições sobre a questão da pena de morte, o autor lembra a
- (A) irreversibilidade jurídica dessa forma de penalização.
 - (B) moralidade assegurada pelo atual estágio da civilização.
 - (C) impossibilidade de se determinar as últimas consequências.
 - (D) fragilidade dos valores morais que vigem na modernidade.
 - (E) desvantagem de se fixar num valor ético já consolidado.
-
9. A alegação de quem afirma que *explicações sociológicas ou psicológicas não valem como desculpa* supõe que
- (A) **inexistem fatores políticos que possam eliminar a culpa de um criminoso.**
 - (B) **são inaceitáveis quaisquer razões de ordem moral ou religiosa para amenizar nossas culpas.**
 - (C) **não se aceita transferir a responsabilidade da pessoa para fatores ligados à sua formação.**
 - (D) **são ilegítimos os fatores biográficos que se alegam para executar alguém.**
 - (E) **é impossível concordar com a tese de que todos somos inocentes já por nossa natureza.**



10. Um deus a quem se delegam todas as decisões exime-nos de nossas culpas.

Numa nova redação, a frase acima permanecerá gramaticalmente correta caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) ao qual se atribui – releva por nossas culpas
- (B) a cujos se destinam – expurga-nos as nossas culpas
- (C) com quem se transmudam – implica-nos como culpados
- (D) pelo qual se reportam – dirime-nos de nossas culpas
- (E) para quem se transferem – livra-nos de sermos culpados

11. É inteiramente regular a pontuação da frase:

- (A) Os crimes bárbaros, que se cometem, devem-se por vezes - a fatores de ordem econômica, psicológica ou sociológica.
- (B) Pode ser que estejam certos: mas, os favoráveis à pena de morte, nem sempre consideram com o peso necessário, os contextos dos delitos.
- (C) É difícil de se imaginar, por que alguns veem a execução capital, como um espetáculo a não se perder ou mesmo a festejar.
- (D) Num tempo como este de incertezas éticas; há ainda quem considere imprescindível, a execução de um criminoso?
- (E) Ao concluir o texto, lembra-nos o autor: nossas decisões, sobretudo as mais graves, não dispensam a mais justa ponderação.

12. Os tempos e os modos verbais estão adequadamente articulados na frase:

- (A) Só será possível condenar à morte nas sociedades que contemplassem esse estatuto.
- (B) Ninguém imaginaria que aquele crime hediondo possa vir a ter atenuantes.
- (C) Todos os que acreditarem em sua inocência passem a batalhar pela comutação da pena.
- (D) Não teria havido sua condenação caso se levem em conta suas condições psicológicas.
- (E) Por mais que nos esforcemos não conseguiríamos relevar a crueldade de seu ato.

Atenção: Para responder às questões de números 13 a 18, baseie-se no texto abaixo.

Retrato de um amigo

A cidade que era amada por nosso amigo continua a mesma: há algumas mudanças, mas coisa pouca. Nossa cidade se parece – só agora nos damos conta disso – com o amigo que perdemos e que a amava; ela é, assim como ele era, intratável em sua operosidade febril e obstinada; e é ao mesmo tempo desinteressada e disposta ao ócio e ao sonho.

Na cidade que se parece com ele, sentimos nosso amigo reviver por todos os lados: em cada esquina e em cada canto achamos que de repente possa aparecer sua alta figura de capote escuro cintado, o rosto escondido na gola, o chapéu enterrado nos olhos. O amigo media a cidade com seu longo passo, obstinado e solitário. Ele entocava nos cafés mais apertados e fumarentos, enchia folhas e folhas com sua caligrafia larga e rápida, e celebrava a cidade em seus versos.

Seus versos ressoam em nossos ouvidos quando retornamos à cidade ou quando pensamos nela. Nosso amigo vivia na cidade como um adolescente e até o final viveu assim. Seus dias eram longuíssimos como os dos adolescentes, e cheios de tempo; sabia achar espaço para estudar e escrever, para ganhar a vida e vadiar; e nós, que resfolegávamos divididos entre preguiça e produtividade, perdíamos horas na incerteza de decidirmos se éramos preguiçosos ou produtivos. Mesmo sua tristeza nos parecia meio juvenil, como a melancolia voluptuosa e distraída do rapaz que ainda não tocou a terra e se move no mundo árido e solitário dos sonhos.

(Adaptado de GINZBURG, Natalia. **As pequenas virtudes**. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Cosac Naify, 2015, p. 24-26)

13. Ao se compor esse “retrato de um amigo”, estabeleceu-se, basicamente,

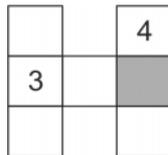
- (A) um vínculo sensível entre os traços identificadores de uma pessoa e os de sua cidade.
- (B) um espelhamento dos bons tempos passados na vida de uma cidade ora convulsionada.
- (C) uma contraposição entre a moderna vida urbana e uma personalidade conservadora.
- (D) uma relação poética entre os novos rumos de uma cidade e as sendas da juventude.
- (E) uma ligação íntima entre a sociabilidade extrema e o espaço público de convívio.



14. Ao considerar as relações entre seu amigo e a sua cidade, a autora recorre a alguns paradoxos, como o que ocorre entre os segmentos:
- (A) *há algumas mudanças // só agora nos damos conta* (1º parágrafo)
 (B) *operosidade febril // disposta ao ócio* (1º parágrafo)
 (C) *o amigo que perdemos // e que a amava* (1º parágrafo)
 (D) *enchia folhas e folhas // caligrafia larga e rápida* (2º parágrafo)
 (E) *ainda não tocou a terra // mundo árido e solitário dos sonhos* (3º parágrafo)
-
15. Entre modos ou gêneros textuais representados no texto, este segmento caracteriza-se predominantemente como
- (A) **dramático**: sua tristeza nos parecia meio juvenil.
 (B) **dissertativo**: seu longo passo, obstinado e solitário.
 (C) **narrativo**: o chapéu enterrado nos olhos.
 (D) **lírico**: há algumas mudanças, mas coisa pouca.
 (E) **descritivo**: figura de capote escuro, cintado.
-
16. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:
- (A) Se não reavêssemos as imagens daquela cidade, não recuperaríamos os traços do amigo.
 (B) Se nós nos dispôssemos a mais investigar a cidade, daríamos-nos com ele?
 (C) Muitos de nós não conteram a emoção quando o encontraram colado à cidade.
 (D) As imagens tocantes da cidade requereram terno acolhimento da memória do amigo.
 (E) Seria preciso que retêssemos mais aspectos da cidade para conformar sua figura.
-
17. O segmento *Mesmo sua tristeza nos parecia meio juvenil*, que introduz o último período do texto, pode ser substituído, sem prejuízo para a coesão e o sentido desse período, por:
- (A) Ainda que sua tristeza nos parecesse um tanto juvenil
 (B) Até a tristeza dele parecia-nos algo juvenil
 (C) Parecia-nos meio juvenil, assim mesmo, sua tristeza
 (D) Sua tristeza era mesmo a que nos parecia tipo assim juvenil
 (E) Parecia-nos um pouco juvenil aquela mesma tristeza
-
18. *Seus versos ressoam em nossos ouvidos quando retornamos à cidade ou quando pensamos nela.*
 A frase acima ganhará uma nova e correta articulação temporal caso se substituam as formas sublinhadas por
- (A) ressoavam – retornávamos – pensaríamos
 (B) ressoariam – retornemos – pensássemos
 (C) ressoarão – retornássemos – pensávamos
 (D) ressoariam – retornássemos – pensássemos
 (E) ressoavam – retornaríamos – pensaríamos

Matemática e Raciocínio-Lógico

19. Os sete quadradinhos da figura abaixo formam três linhas sendo uma horizontal e duas verticais. Os números de 1 a 7 devem ser escritos, um em cada quadradinho, de forma que as somas dos três números de cada linha sejam iguais.



Os números **3** e **4** já foram escritos. O número que deve ser colocado no quadradinho cinza é

- (A) 2
 (B) 5
 (C) 1
 (D) 6
 (E) 7



20. Ana, Beto, Clara, Diva e Edu disputam uma maratona de matemática. Para cada problema respondido corretamente ganham 1 ponto e se errarem nada ganham. A soma dos pontos recebidos pelos cinco participantes é 75. A diferença de pontos entre Ana e Beto é 2, mas não necessariamente nessa ordem, a diferença de pontos entre Beto e Clara é 3, mas não necessariamente nessa ordem, a diferença entre Clara e Diva é 4 e entre Diva e Edu é 9. Sabe-se que Edu teve a maior pontuação e Diva a menor pontuação dentre os cinco. A soma das pontuações obtidas por Ana e Beto é
- (A) 31
(B) 24
(C) 32
(D) 36
(E) 33
-
21. Marcos desconta um cheque de R\$ 2.700,00 em um banco e pede ao caixa que lhe dê um certo número de notas de R\$ 10,00 mais 20 vezes esse número em notas de R\$ 20,00 e o restante em notas de R\$ 50,00. O número de notas de R\$ 50,00 que Marcos recebe é
- (A) 12
(B) 11
(C) 10
(D) 13
(E) 14
-
22. Para visitar uma exposição, a fila foi organizada em trios. Ana, Bia e Caio observaram que formavam o sétimo grupo contando a partir do início da fila e o nono contando a partir do final da fila. Porém, observaram que o último trio não estava completo. O número máximo de pessoas nessa fila é
- (A) 45
(B) 44
(C) 47
(D) 48
(E) 46
-
23. Em uma confraternização, doze amigas comeram, em média, 1,5 brigadeiro. Nenhuma delas comeu mais do que dois brigadeiros, nenhuma delas compartilhou um brigadeiro e duas delas só comeram salgados. O número de meninas que comeram dois brigadeiros é
- (A) 5
(B) 6
(C) 7
(D) 4
(E) 8
-
24. Em um exame com 30 questões, cada uma delas é considerada correta ou incorreta. O número de respostas corretas dadas por um candidato que fez esse exame foi 50% maior do que o número de respostas incorretas. O número de questões corretas desse candidato é
- (A) 24
(B) 12
(C) 20
(D) 18
(E) 21

**Legislação**

25. A Lei nº 8.112/1990 estabelece que o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor é denominado
- (A) função.
 - (B) comissionamento.
 - (C) cargo público.
 - (D) prestação de serviço público.
 - (E) provimento.
-
26. Um servidor ocupante de cargo em comissão foi nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, com prejuízo das atribuições do que ocupava, e optou pela remuneração do cargo anterior durante o período da interinidade. Esse fato contraria o disposto na Lei nº 8.112/1990, pois
- (A) deveria ser sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa.
 - (B) o servidor ocupante de um cargo em comissão não poderia ser nomeado a outro cargo de confiança.
 - (C) o servidor ocupante não poderia optar pela remuneração do cargo anterior.
 - (D) essa nova nomeação não poderia ser de forma interina.
 - (E) a nova nomeação em outro cargo de confiança dependeria de aprovação em concurso de provas ou provas e títulos.
-
27. A Lei nº 8.112/1990 prevê licença por motivo de doença em pessoa da família, que poderá ser concedida a cada período de doze meses, incluídas as prorrogações, por até
- (A) 60 dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, e por até 180 dias, consecutivos ou não, sem remuneração.
 - (B) 90 dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, e por até 180 dias, consecutivos ou não, sem remuneração.
 - (C) 60 dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, e por até 120 dias, consecutivos ou não, sem remuneração.
 - (D) 90 dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, e por até 120 dias, consecutivos ou não, sem remuneração.
 - (E) 60 dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, e por até 90 dias, consecutivos ou não, sem remuneração.
-
28. Considere os seguintes itens:
- I. matéria constitucional.
 - II. matéria administrativa.
 - III. matéria regimental.
 - IV. representações para interpretação de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- Nos termos do Regimento Interno do TRT da 17ª Região, o Presidente do Tribunal Pleno proferirá voto nos casos constantes em
- (A) I, II e III, apenas.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e IV, apenas.
 - (E) II, III e IV, apenas.
-
29. O Regimento Interno do TRT da 17ª Região prevê que, para dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente do Tribunal, deverá ser realizada uma sessão
- (A) administrativa.
 - (B) ordinária.
 - (C) extraordinária.
 - (D) solene.
 - (E) regimental.
-
30. Conforme dispõe o Regimento Interno do TRT da 17ª Região, salvo por exceção legal, não podem se afastar no mesmo período ou em períodos ainda que parcialmente coincidentes, no Tribunal Pleno mais
- (A) da metade dos Desembargadores efetivos e nas Turmas mais de um Desembargador efetivo.
 - (B) de dois terços dos Desembargadores efetivos e nas Turmas mais de dois Desembargadores efetivos.
 - (C) da metade dos Desembargadores efetivos e nas Turmas mais de dois Desembargadores efetivos.
 - (D) de dois terços dos Desembargadores efetivos e nas Turmas mais de um Desembargador efetivo.
 - (E) da metade dos Desembargadores efetivos e nas Turmas mais de três Desembargadores efetivos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. O Presidente da República propôs, perante o Supremo Tribunal Federal, uma ação direta de inconstitucionalidade na qual foi declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional. Em conformidade com a Constituição Federal, declarada referida inconstitucionalidade, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em
- (A) sessenta dias, ressaltando-se que, nas ações de inconstitucionalidade, o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido.
 - (B) sessenta dias, ressaltando-se que, nas ações diretas de inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, o Procurador-Geral da República não deverá ser previamente ouvido.
 - (C) trinta dias, ressaltando-se que, nas ações de inconstitucionalidade, o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido.
 - (D) noventa dias, ressaltando-se que, nas ações de inconstitucionalidade, o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido.
 - (E) noventa dias, ressaltando-se que, nas ações diretas de inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, o Procurador-Geral da República não deverá ser previamente ouvido.
-
32. Antônio é cidadão brasileiro e deseja propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio de entidade de que o Estado participe. Considerando apenas os dados fornecidos, em conformidade com a Constituição Federal, Antônio
- (A) não é parte legítima para propor referida ação, podendo ser ela proposta por: partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
 - (B) é parte legítima para propor referida ação, ficando, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
 - (C) não é parte legítima para propor referida ação, podendo ser ela proposta apenas por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos seis meses, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
 - (D) é parte legítima para propor ação popular, porém referida ação não cabe no caso mencionado, já que teria como objetivo anular ato lesivo ao patrimônio de entidade de que o Estado participa e não ato lesivo ao patrimônio público.
 - (E) não é parte legítima para propor referida ação, podendo ser ela proposta apenas por: entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
-
33. Um determinado grupo de pessoas pertencentes à mesma categoria profissional decidiu se reunir para representar toda essa categoria por meio de uma associação sindical. Em conformidade com a Constituição Federal, não sendo vedada a criação desse sindicato, para a sua fundação a lei
- (A) exigirá autorização do Estado, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões judiciais ou administrativas.
 - (B) não poderá exigir autorização do Estado, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões judiciais ou administrativas.
 - (C) não poderá exigir autorização do Estado, ressalvado o registro no órgão competente, permitidas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões judiciais ou administrativas.
 - (D) não poderá exigir autorização do Estado, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
 - (E) exigirá autorização do Estado, permitidas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
-
34. Victor e Angela, chilenos, vieram ao Brasil passar férias e se apaixonaram pelo país, decidindo, então, fixar residência aqui, onde nasceu o primeiro filho do casal, Juan. Joana, brasileira nata, viajou grávida para a Itália para visitar uma parte da família que morava lá e, poucos dias após ter chegado, prematuramente deu à luz Maria Clara. Adalberto, brasileiro, foi morar no Canadá a serviço do Brasil, juntamente com sua esposa, Marilene, onde nasceu o filho caçula do casal, Anthony. Em conformidade com a Constituição Federal, são brasileiros natos:
- (A) apenas Anthony e Maria Clara, desde que ela seja registrada em repartição brasileira competente ou venha a residir no Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
 - (B) apenas Maria Clara, desde que seja registrada em repartição brasileira competente ou venha a residir no Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
 - (C) apenas Juan.
 - (D) apenas Anthony.
 - (E) Juan; Anthony; e Maria Clara, desde que ela seja registrada em repartição brasileira competente ou venha a residir no Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.



35. Ronaldo é brasileiro naturalizado, advogado, possui trinta e seis anos de idade e deseja ser o Presidente do Brasil. Ruth é brasileira naturalizada, contadora, possui trinta e um anos de idade e deseja ser Governadora de um determinado estado brasileiro. Fátima é brasileira nata, recreadora infantil, analfabeta, possui vinte e dois anos de idade e deseja ser Prefeita de um município brasileiro. Em conformidade com a Constituição Federal e considerando que as demais condições de elegibilidade foram cumpridas, Ronaldo
- (A) pode ser candidato a Presidente da República e pode votar; Ruth pode ser candidata a Governadora de Estado e pode votar; e Fátima não pode ser candidata a Prefeita, mas deve votar.
 - (B) não pode ser candidato a Presidente da República, mas deve votar; Ruth pode ser candidata a Governadora de Estado e deve votar; e Fátima não pode ser candidata a Prefeita, mas pode votar.
 - (C) não pode ser candidato a Presidente da República, mas deve votar; Ruth não pode ser candidata a Governadora de Estado, mas deve votar; e Fátima não pode ser candidata a Prefeita, mas pode votar.
 - (D) pode ser candidato a Presidente da República e pode votar; Ruth pode ser candidata a Governadora de Estado e pode votar; e Fátima pode ser candidata a Prefeita e pode votar.
 - (E) não pode ser candidato a Presidente da República, mas deve votar; Ruth não pode ser candidata a Governadora de Estado, mas deve votar; e Fátima pode ser candidata a Prefeita e deve votar.

36. Anderson é advogado e gostaria de compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em conformidade com a Constituição Federal e considerando apenas os dados fornecidos, Anderson pode ser membro do referido órgão, o qual é composto de
- (A) quinze membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução, desde que indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, uma vez que referido Conselho (CNJ) é formado, dentre outros membros, por dois advogados.
 - (B) onze membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução, desde que indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, uma vez que referido Conselho (CNJ) é formado, dentre outros membros, por um advogado.
 - (C) quinze membros com mandato de quatro anos, inadmitida a recondução, desde que indicado pelo Supremo Tribunal Federal, uma vez que referido Conselho (CNJ) é formado, dentre outros membros, por dois advogados.
 - (D) onze membros com mandato de quatro anos, inadmitida a recondução, desde que indicado pelo Supremo Tribunal Federal, uma vez que referido Conselho (CNJ) é formado, dentre outros membros, por dois advogados.
 - (E) onze membros com mandato de dois anos, inadmitida a recondução, desde que indicado pelo Supremo Tribunal Federal, uma vez que referido Conselho (CNJ) é formado, dentre outros membros, por dois advogados.

37. Com relação à Administração Pública, considere:

- I. O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- II. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- III. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- IV. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Em conformidade com a Constituição Federal está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) I e IV.

Direito Administrativo

38. De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.112/1990, sobre as férias dos servidores públicos,
- (A) é permitido o desconto de faltas justificadas no período de férias.
 - (B) estas poderão ser parceladas em, no máximo, duas etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública.
 - (C) o pagamento de sua remuneração será efetuado até 5 dias antes do início do respectivo período.
 - (D) o servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas gozará 30 dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.
 - (E) estas somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.



39. Analise as assertivas abaixo.

- I. Serão assegurados transporte e diárias ao servidor convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado.
- II. Diante do princípio da verdade real, a alegação de injustiça da penalidade constitui fundamento suficiente para a revisão do processo administrativo disciplinar.
- III. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 30 dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- IV. Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau.
- V. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.112/1990, sobre o processo administrativo disciplinar, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e V.
- (B) II e III.
- (C) IV e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e IV.

40. A prática de ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da administração pública cuja ação ou omissão dolosa viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, sujeitará o responsável ao pagamento de multa civil de até ..I.. vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a ..II.. anos.

Conforme estabelece a Lei nº 8.429/1992, as lacunas I e II devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) 12 – 6
- (B) 24 – 4
- (C) 10 – 8
- (D) 5 – 2
- (E) 15 – 5

41. Conforme estabelece a Lei nº 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal,

- (A) não se aplica a decisão coordenada aos processos administrativos de licitação.
- (B) uma vez iniciado o processo administrativo, o interessado não poderá mais desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos, ainda que disponíveis.
- (C) o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dois anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (D) o comparecimento espontâneo do administrado não supre a irregularidade da intimação feita sem a observância das prescrições legais.
- (E) é vedada a autenticação de documentos exigidos em cópia pelo órgão administrativo.

42. De acordo com o que leciona a doutrina sobre os poderes da Administração Pública,

- (A) o poder normativo manifesta-se exclusivamente pela edição de decretos regulamentares.
- (B) a proibição pela Administração Pública de circulação de cidadãos em via pública após determinado horário é, em tese, uma manifestação do poder disciplinar.
- (C) o poder hierárquico é o poder atribuído à Administração para aplicar sanções administrativas aos seus agentes pela prática de infrações de caráter funcional, abrangendo sanções administrativas, como a advertência, a multa, a suspensão e a demissão.
- (D) o poder de polícia pode se dar tanto pela prática de atos específicos, de efeitos concretos, quanto pela edição de atos normativos abstratos, de alcance generalizado.
- (E) não há hierarquia entre os órgãos e agentes no âmbito interno da administração direta do Poder Executivo, tampouco, entre órgãos e agentes no âmbito interno de uma autarquia, no âmbito do poder hierárquico.



43. De acordo com o que disciplina o ordenamento jurídico a respeito das concessões de serviços públicos,
- (A) a empresa líder do consórcio é a responsável perante o poder concedente pelo cumprimento do contrato de concessão, afastando-se, assim, a responsabilidade solidária das demais consorciadas.
 - (B) as concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de quatro datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.
 - (C) considerar-se-á desclassificada a proposta de licitação de concessão de serviço público que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.
 - (D) o contrato de concessão não poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, incluindo-se, na proibição, a arbitragem.
 - (E) as contratações, inclusive de mão de obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito público, estabelecendo-se relações jurídicas entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.
-
44. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre a responsabilidade civil do Estado,
- (A) é subjetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes.
 - (B) a queda de passageiro em via férrea de metrô, ainda que em decorrência de mal súbito, enseja o dever de reparação do dano por parte da concessionária de serviço público, haja vista que não houve adoção, por parte do transportador, de tecnologia moderna para impedir o evento.
 - (C) caracteriza-se, nos termos da Constituição Federal, a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, ainda que não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
 - (D) prescrevem em 20 anos as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.
 - (E) a responsabilização objetiva do Estado em caso de morte de detento somente ocorre quando houver inobservância do dever específico de proteção previsto na Constituição Federal.
-

Direito do Trabalho

45. Considere as assertivas abaixo a respeito do regime de teletrabalho previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.
- I. Os empregadores deverão dar prioridade aos empregados com deficiência e aos empregados com filhos ou criança sob guarda judicial até 4 anos de idade na alocação em vagas para atividades que possam ser efetuadas por meio do teletrabalho ou trabalho remoto.
 - II. O empregador não será responsável pelas despesas resultantes do retorno ao trabalho presencial, na hipótese de o empregado optar pela realização do teletrabalho ou trabalho remoto fora da localidade prevista no contrato, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.
 - III. Aos empregados em regime de teletrabalho aplicam-se as disposições previstas na legislação local e nas convenções e nos acordos coletivos de trabalho relativas à base territorial do local onde o empregado esteja trabalhando de forma remota.
 - IV. O comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.
 - V. O regime de teletrabalho não pode abranger estagiários e aprendizes, eis que tais categorias de trabalhadores necessitam, para aprimoramento do seu aprendizado e supervisão eficiente, de presença física nas dependências da empresa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II e IV.
- (E) IV e V.



46. Ganimedes e a sua empregadora, o Hospital Dentário Tiradentes, pretendem extinguir o contrato de trabalho que mantiveram nos últimos 9 meses, mediante acordo. O último salário de Ganimedes é de R\$ 2.000,00 e seu saldo de FGTS R\$ 1.500,00, sendo que o empregador pretenderá indenizar o aviso prévio. Nessa hipótese, com base no que prevê a CLT, o empregado deverá receber de aviso prévio indenizado o valor de ...I..., de indenização do FGTS o montante de ...II..., podendo levantar a título de FGTS o valor de ...III.

As lacunas I, II e III devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) R\$ 2.000,00 – R\$ 300,00 – R\$ 750,00
- (B) R\$ 1.000,00 – R\$ 600,00 – R\$ 1.500,00
- (C) R\$ 2.000,00 – R\$ 480,00 – R\$ 1.200,00
- (D) R\$ 1.000,00 – R\$ 300,00 – R\$ 1.200,00
- (E) R\$ 1.200,00 – R\$ 600,00 – R\$ 900,00

47. Considere as assertivas abaixo.

- I. Ausência de subordinação.
- II. Descontinuidade na prestação dos serviços.
- III. Convocação prévia de trabalhadores por meio eficaz de comunicação.
- IV. Período de inatividade considerado como tempo à disposição.
- V. Silêncio como manifestação de vontade.

Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, encaixa-se como característica do contrato de trabalho intermitente o que está descrito APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) I, II e IV.
- (D) III e V.
- (E) I e IV.

48. Begônia é empregada do Cemitério Eterna Morada, com sede em Vitória-ES, e devido à necessidade de serviço para a implantação de uma outra unidade no município de Guarapari-ES, sua empregadora a está transferindo para aquela localidade com a finalidade de acompanhar a instalação. Begônia, residente e domiciliada em Vitória, permanecerá em Guarapari de terça a quinta-feira, retornando para sua casa às sextas-feiras para o convívio da família, voltando a Guarapari na terça-feira seguinte. Nessa situação, com base no que prevê a CLT, a trabalhadora

- (A) deverá receber adicional de transferência à base de 20% do seu salário vigente, de forma a custear as despesas em Guarapari.
- (B) faz jus a adicional de transferência à base de 30% do seu salário vigente, de forma a custear as despesas em Guarapari.
- (C) não é credora de adicional de transferência na hipótese, eis que não houve mudança de domicílio, requisito legal indispensável na hipótese.
- (D) poderá exigir adicional de transferência de, no mínimo, 25% do salário vigente, o qual perdurará pelo prazo máximo de 12 meses.
- (E) deverá receber adicional de transferência à base de 25% do seu salário vigente, de forma a custear as despesas em Guarapari, pelo prazo máximo de 12 meses.

49. Conforme previsão legal, o juiz do trabalho, ao analisar uma convenção coletiva de trabalho juntada no processo para embasar determinado pedido formulado pelo reclamante, deverá se pautar pelo princípio de

- (A) intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.
- (B) observância irrestrita dos princípios que regem o Direito do Trabalho.
- (C) respeito às normas de direito comum, desde que não colidam com princípios do direito laboral.
- (D) salvaguarda dos interesses do trabalhador hipossuficiente.
- (E) intocabilidade da autonomia da vontade coletiva.



50. Considere as assertivas abaixo a respeito da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.
- I. O cargo de presidente da CIPA é privativo dos membros eleitos como titulares pelos empregados.
 - II. Após eleito o presidente da CIPA, o empregador, designará, dentre seus indicados, o Vice-Presidente.
 - III. O presidente da CIPA não detém proteção do emprego contra despedida arbitrária.
 - IV. O mandato dos membros da CIPA eleitos pelos empregados tem duração de 1 ano, permitida uma reeleição.

Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I e II.
 - (D) III e IV.
 - (E) I e II.
-
51. Virgílio celebrou acordo individual com seu empregador para o estabelecimento de banco de horas. Consta em referido acordo que as horas extras não pagas serão compensadas em até 9 meses. De acordo com o que prevê a legislação trabalhista, este acordo é
- (A) inválido, apenas por não ter sido acordado em nível coletivo.
 - (B) válido, eis que a lei permite negociação individual, e o prazo de compensação está inferior aos 12 meses previstos na CLT.
 - (C) inválido, apenas pela extrapolação do prazo máximo de 6 meses para compensação previsto na CLT.
 - (D) válido, eis que a lei permite negociação individual, cabendo às partes estabelecer livremente o prazo para compensação, não havendo limitador legal.
 - (E) inválido, apenas quanto ao prazo que pela lei não deve superar 3 meses para compensação, quando acordada individualmente.
-
52. Magno é gerente de uma fábrica, prestando serviços próximo a um tanque de óleo diesel que alimenta o gerador da fábrica, e recebe mensalmente adicional de periculosidade. No Estado de Magno o salário mínimo regional é de R\$ 1.300,00, e Magno recebe R\$ 3.000,00 de salário fixo, R\$ 400,00 de prêmio produção e R\$ 1.200,00 de gratificação de função. Desta forma, conforme previsão legal, seu adicional de periculosidade é de
- (A) R\$ 390,00
 - (B) R\$ 900,00
 - (C) R\$ 1.200,00
 - (D) R\$ 850,00
 - (E) R\$ 1.260,00

Direito Processual do Trabalho

53. Praxedes saiu-se parcialmente vencedor em uma demanda trabalhista em face da sua ex-empregadora, a lavanderia Branca de Neve, onde a mesma foi condenada a custear os honorários sucumbenciais do seu advogado. Nessa hipótese, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, a decisão judicial está correta,
- (A) ainda que o patrocínio da causa seja de advogado particular, sendo que o percentual não poderá ser inferior a 5% e não superar 15% sobre o valor que resultar da liquidação de sentença ou do proveito econômico obtido, independente de haver ou não honorários contratados.
 - (B) desde que o patrocínio da causa seja de advogado fornecido pelo sindicato de classe, sendo que o percentual não poderá ser inferior a 15% sobre o valor que resultar da liquidação de sentença ou do proveito econômico obtido.
 - (C) ainda que o patrocínio da causa seja de advogado particular e não tenha sido pactuado contrato de honorários, sendo que o percentual não poderá ser inferior a 10% e não superar 20% sobre o valor que resultar da liquidação de sentença ou do proveito econômico obtido.
 - (D) desde que o patrocínio da causa seja de advogado fornecido pelo sindicato de classe, sendo que o percentual não poderá ser inferior a 20% sobre o valor que resultar da liquidação de sentença ou do proveito econômico obtido.
 - (E) ainda que o patrocínio da causa seja de advogado particular e não tenha sido pactuado contrato de honorários, sendo que o percentual não poderá ser inferior a 10% e não superar 30% sobre o valor que resultar da liquidação de sentença ou do proveito econômico obtido.



54. Mercúrio ajuíza reclamação trabalhista em face da empresa Carrega Geral Transportes Ltda., sua ex-empregadora, após ter sido dispensado sem a percepção de suas verbas rescisórias. Ajuizou a reclamatória trabalhista no foro da sua residência, Guarapari-ES, entendendo que lá tem melhor condição de acesso a Justiça. Recebida a notificação, a empresa pretende arguir a exceção de incompetência territorial, pelo fato de que o local da prestação de serviços foi em Vitória-ES, devendo lá tramitar a demanda. Nessa hipótese, segundo o ordenamento legal, deverá fazê-lo
- (A) no prazo de 10 dias após o recebimento da notificação, sendo que o processo será suspenso e a decisão será proferida em audiência pelo juiz da causa.
 - (B) como preliminar de defesa a ser juntada em audiência, podendo ouvir testemunhas que comprovem o fato, não havendo suspensão do andamento processual.
 - (C) no prazo de 5 dias após o recebimento da notificação, antes da audiência, sendo que o processo será suspenso até decisão pelo juiz da causa acerca da exceção.
 - (D) em até 10 dias antes da audiência, sendo que o processo será suspenso e a decisão será proferida em audiência pelo juiz da causa.
 - (E) no prazo de 5 dias após o recebimento da notificação, antes da audiência, sendo que o processo terá seu curso natural até decisão pelo juiz da causa acerca da exceção.

55. Afrodite e Hera ingressaram com ação trabalhista em face do Bar da Dona Flor, para quem prestaram serviços como auxiliares de cozinha. O juiz da causa entendeu que Afrodite agiu com dolo processual, por ter usado do processo para alcançar objetivo ilegal. Conforme previsão da CLT, poderá o magistrado condenar Afrodite por litigância de má-fé no máximo em até
- (A) 10% sobre o valor corrigido da causa e Hera, em qualquer hipótese, responderá solidariamente pela condenação.
 - (B) 5% sobre o valor corrigido da causa e Hera responderá solidariamente pela condenação, caso tenha se coligado com Afrodite no ato ensejador da condenação.
 - (C) 10% sobre o valor corrigido da causa e Hera, em nenhuma hipótese, responderá solidariamente pela condenação.
 - (D) 10% sobre o valor corrigido da causa e Hera responderá pela metade da condenação, por ser parte autora.
 - (E) 10% sobre o valor corrigido da causa e Hera responderá solidariamente pela condenação, caso tenha-se coligado com Afrodite no ato ensejador da condenação.

56. Considere as proposições abaixo.

- I. Anaconda é empregadora doméstica.
- II. Verdes Mares é uma entidade sem fins lucrativos.
- III. Fábrica de Chocolates Cacau Maravilha está em recuperação judicial.
- IV. Companhia do Sossego é uma entidade filantrópica.
- V. Horizonte Azul é uma empresa de pequeno porte.

As cinco pessoas acima citadas foram condenadas em processos perante a Justiça do Trabalho e todas pretendem recorrer ordinariamente das sentenças que lhes foram desfavoráveis. Nesses termos, com base no que prevê a CLT,

- (A) II e III estão isentas do depósito recursal e I, IV e V devem depositar apenas 50% do mesmo, o qual só pode ser substituído por seguro-fiança em benefício de IV e V.
 - (B) III e IV estão isentas do depósito recursal e I, II e V devem depositar apenas 50% do mesmo, o qual pode ser substituído por seguro-fiança.
 - (C) III e IV estão isentas do depósito recursal e I, II e V devem depositar apenas 50% do mesmo, o qual não pode ser substituído por seguro-fiança, que só beneficia a quem deve depositar integralmente o depósito recursal.
 - (D) I, II e IV estão isentas do depósito recursal e III e V devem depositar apenas 50% do mesmo, o qual pode ser substituído por seguro-fiança.
 - (E) II, IV e V estão isentas do depósito recursal e I e III devem depositar apenas 50% do mesmo, o qual não pode ser substituído por seguro-fiança, que só beneficia a quem deve depositar integralmente o depósito recursal.
57. A distribuidora de água mineral Cristalina sofreu a penhora em um bem de sua propriedade, decorrente de uma execução trabalhista que é devedora, em um domingo, no dia 09/01/2022. Considerando o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, a penhora revelou-se
- (A) ilegal, uma vez que no período de 20/12/2021 a 20/01/2022 os prazos processuais encontravam-se suspensos, além do que os atos judiciais não podem se realizar em nenhuma hipótese fora dos dias úteis.
 - (B) legal, desde que tenha havido expressa autorização judicial para sua realização em dia não útil, sendo que de 20/12/2021 a 20/01/2022 os prazos processuais encontravam-se suspensos, não podendo se realizar apenas audiências e sessões de julgamento.
 - (C) ilegal, uma vez que no período de 20/12/2021 a 20/01/2022 os prazos processuais encontravam-se interrompidos, além do que os atos judiciais não podem se realizar em nenhuma hipótese fora dos dias úteis.
 - (D) ilegal, uma vez que no período de 20/12/2021 a 19/01/2022 os prazos processuais encontravam-se suspensos, além do que os atos judiciais não podem se realizar em nenhuma hipótese fora dos dias úteis.
 - (E) legal, ficando a critério do oficial de justiça sua realização em dia não útil, se caso entenda dessa forma para salvaguardar a realização do ato, sendo que de 20/12/2021 a 19/01/2022 os prazos processuais encontravam-se suspensos, não podendo se realizar apenas audiências e sessões de julgamento.



58. Brasilino é procurador de uma fundação pública do Estado do Espírito Santo, a qual está sendo demandada no âmbito da Justiça do Trabalho por um ex-empregado, estando responsável pela elaboração de defesa e comparecimento a audiência para representar a fundação. Nessa situação, com base no que orienta a jurisprudência do TST, o procurador
- (A) está dispensado da juntada de instrumento de mandato, desde que junte aos autos o ato de sua nomeação para o referido cargo.
 - (B) deverá juntar instrumento de mandato, não sendo necessária a juntada de seu ato de nomeação, eis que a dispensa seria apenas para a União, Estados e Municípios.
 - (C) está dispensado da juntada de instrumento de mandato e do ato de sua nomeação para o referido cargo, bastando a indicação do número de sua inscrição na OAB.
 - (D) está dispensado da juntada de instrumento de mandato e do ato de sua nomeação para o referido cargo, sendo essencial que declare ser exercente do cargo de procurador, não bastando a indicação do número de sua inscrição na OAB.
 - (E) deverá juntar instrumento de mandato e também ato de sua nomeação para o cargo de procurador, sob pena de ser declarada a irregularidade de representação.
-
59. Em processo de execução de título executivo extrajudicial perante a Justiça do Trabalho, Ptolomeu, não encontrando patrimônio em nome da pessoa jurídica pretende incluir os sócios da executada Restaurante Prato Feito Ltda. no polo passivo da execução. Nessa situação, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) deverá o credor ingressar com reclamação trabalhista própria para incluir os sócios no polo passivo, uma vez que incabível Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica na hipótese de execução de título executivo extrajudicial, restrito para casos de execução de títulos judiciais.
 - (B) poderá Ptolomeu arguir Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, sendo que nessa hipótese, após sua citação, os sócios poderão apresentar manifestação e requerer provas no prazo de 15 dias, e da decisão que acolher o Incidente caberá agravo de petição, no prazo de 8 dias, desde que garantido o Juízo.
 - (C) poderá Ptolomeu arguir Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, sendo que nessa hipótese, após sua citação, os sócios poderão apresentar manifestação e requerer provas no prazo de 10 dias, e da decisão que acolher o Incidente caberá recurso ordinário, no prazo de 8 dias, independente de garantia do Juízo.
 - (D) faculta-se a Ptolomeu arguir Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, sendo que nessa hipótese, após sua citação, os sócios poderão apresentar manifestação e requerer provas no prazo de 5 dias, e da decisão que acolher o Incidente caberá agravo de petição, no prazo de 8 dias, desde que garantido o Juízo.
 - (E) caberá a Ptolomeu arguir Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, sendo que nessa hipótese, após sua citação, os sócios poderão apresentar manifestação e requerer provas no prazo de 15 dias, e da decisão que acolher o Incidente caberá agravo de petição, no prazo de 8 dias, independente de garantia do Juízo.
-
60. Cícero e a sua empregadora, o Buffet Infantil Mágico de Oz Ltda., pretendem a homologação de acordo extrajudicial para colocarem fim a qualquer pendência decorrente da extinção do contrato de trabalho entre ambos. Nessa situação, conforme prevê a CLT, Cícero e o Buffet deverão apresentar em Juízo a petição de acordo
- (A) podendo se valer de advogado comum, em até 10 dias da extinção do contrato de trabalho, a fim de que se evite a incidência da multa pelo atraso na quitação rescisória, eis que a distribuição da competente ação suspende o prazo para pagamento das verbas rescisórias.
 - (B) sendo que cada parte deverá estar representada por advogado próprio, salvo se for advogado comum do sindicato da categoria do autor, em até 10 dias da extinção do contrato de trabalho, a fim de que se evite a incidência da multa pelo atraso na quitação rescisória, eis que a distribuição da competente ação suspende o prazo para pagamento das verbas rescisórias.
 - (C) facultado patrocínio de advogado comum, em até 8 dias da extinção do contrato de trabalho, a fim de que se evite a incidência da multa pelo atraso na quitação rescisória, eis que a distribuição da competente ação interrompe o prazo para pagamento das verbas rescisórias.
 - (D) podendo as partes estarem representadas por advogado comum, sendo que a simples distribuição da competente ação não suspende o prazo para pagamento das verbas rescisórias, sob pena de incidência da multa respectiva prevista em lei.
 - (E) situação em que cada parte deverá estar representada por advogado próprio, sendo que a simples distribuição da competente ação não suspende o prazo para pagamento das verbas rescisórias, sob pena de incidência da multa respectiva prevista em lei.

Direito Civil

61. No tocante aos atos da vida civil, as pessoas naturais que não puderem exprimir sua vontade são consideradas
- (A) absolutamente incapazes, mesmo que tal impossibilidade decorra de causa transitória.
 - (B) absolutamente incapazes, desde que tal impossibilidade decorra de causa permanente.
 - (C) relativamente incapazes, mesmo que tal impossibilidade decorra de causa transitória.
 - (D) relativamente incapazes, desde que tal impossibilidade decorra de causa permanente.
 - (E) plenamente capazes, mas devem ser representadas.



62. A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a
- (A) sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ), precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
 - (B) sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ), precedida, em todos os casos, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
 - (C) inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
 - (D) inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, em todos os casos, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
 - (E) publicação, na Imprensa Oficial, da autorização ou aprovação do Poder Executivo da sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ).
-
63. O pacto antenupcial
- (A) pode ser feito por escritura pública ou instrumento particular, desde que subscrito por duas testemunhas, sendo indispensável para a opção por qualquer dos regimes regulados pelo Código Civil.
 - (B) deve ser feito necessariamente por escritura pública, sendo indispensável para a opção por qualquer dos regimes regulados pelo Código Civil.
 - (C) pode ser feito por escritura pública ou instrumento particular, desde que subscrito por duas testemunhas, sendo indispensável para a opção pelo regime da separação de bens, salvo se este for obrigatório aos nubentes.
 - (D) deve ser feito necessariamente por escritura pública, sendo indispensável para a opção pelo regime da comunhão parcial de bens.
 - (E) deve ser feito necessariamente por escritura pública, sendo indispensável para a opção pelo regime de participação final nos aquestos, que permite aos nubentes convencionar a livre disposição dos bens imóveis, desde que particulares.
-
64. No condomínio voluntário,
- (A) qualquer dos condôminos pode dar posse, uso ou gozo da coisa comum a estranhos, independentemente do consenso dos outros.
 - (B) pode o condômino eximir-se do pagamento das despesas e dívidas, renunciando à parte ideal.
 - (C) as dívidas contraídas por um dos condôminos em proveito da comunhão, e durante ela, obrigam solidariamente o contratante e todos os demais, mesmo quando a solidariedade não tenha sido expressamente convencionada.
 - (D) é nula convenção que preveja que a coisa comum fique indivisa, ainda que temporariamente, independentemente do prazo.
 - (E) o condômino que administrar a coisa sem oposição dos outros pode dela usar conforme sua destinação, mas não se presume representante comum.
-
65. Em matéria de responsabilidade civil, aquele que ressarcir o dano causado por outrem
- (A) não terá direito de reaver o que houver pago daquele por quem pagou, independentemente de quem seja, equiparando-se o ato a uma doação.
 - (B) pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, inclusive se o causador do dano for descendente seu, ainda que absoluta ou relativamente incapaz.
 - (C) pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, mesmo que plenamente capaz.
 - (D) pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
 - (E) não terá direito de reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
-

Direito Processual Civil

66. De acordo com a sua lei de regência, o mandado de segurança não pode ser concedido quando impetrado contra
- (A) decisão judicial transitada em julgado, salvo quando contrariar súmula dos Tribunais Superiores.
 - (B) ato de representante de partido político.
 - (C) decisão judicial da qual caiba recurso com efeito meramente devolutivo.
 - (D) ato de pessoa jurídica de direito privado, ainda que praticado no exercício de atribuições do poder público.
 - (E) ato de gestão comercial praticado por administrador de empresa pública.
-



67. Em impugnação ao cumprimento de sentença, o executado alegou a incompetência relativa do juízo da execução bem como que o exequente pleiteava quantia superior à resultante da sentença. Contudo, deixou de declarar o valor que reputava correto e de apresentar demonstrativo discriminado do seu cálculo. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil e considerando que não era possível ao juiz verificar o excesso de execução de ofício, a impugnação deverá ser
- (A) processada, cabendo ao juiz conhecer da arguição de incompetência relativa, mas não deverá examinar a alegação de excesso de execução, inexistindo previsão legal que o autorize a conceder prazo ao executado para suprir a omissão quanto à declaração do valor correto da dívida ou quanto à apresentação de demonstrativo discriminado do seu cálculo.
 - (B) processada, porém apenas no tocante à arguição de excesso de execução, já que inadmissível a alegação de incompetência relativa em cumprimento sentença, cabendo ao juiz conceder prazo ao executado para declarar o valor que reputa correto e apresentar demonstrativo discriminado do seu cálculo.
 - (C) convertida em embargos à execução, desde que esta esteja suficientemente garantida, determinando-se a realização de perícia para apurar eventual excesso, salvo se acolhida a arguição de incompetência relativa, caso em que o juiz deverá determinar a remessa dos autos ao juízo competente.
 - (D) liminarmente rejeitada, já que inadmissível a alegação de incompetência relativa em execução de sentença, inexistindo previsão legal que autorize o juiz a conceder prazo ao executado para suprir a omissão quanto à declaração do valor correto da dívida ou quanto à apresentação de demonstrativo discriminado do seu cálculo.
 - (E) liminarmente rejeitada, já que a omissão do executado em declarar o valor correto da dívida e de apresentar o demonstrativo discriminado do seu cálculo impede o juiz de examinar qualquer fundamento da impugnação, inclusive a incompetência relativa.

68. De acordo com o Código de Processo Civil, é lícito ao réu deduzir novas alegações depois da contestação
- (A) somente quando relativas a direito ou a fato superveniente.
 - (B) relativas a fato superveniente, mas não a direito superveniente, ressalvado, quanto a este, o ajuizamento de ação incidental, a ser distribuída por prevenção.
 - (C) quando competir ao juiz conhecer delas de ofício.
 - (D) sempre que ao autor tiver sido concedida a réplica.
 - (E) sempre que a demanda versar sobre direitos indisponíveis, independentemente das questões de fato ou de direito a que se refiram.

69. De acordo com o Código de Processo Civil, a incompetência relativa
- (A) deve ser declarada de ofício pelo juiz nas ações que versarem sobre direito indisponível.
 - (B) pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
 - (C) pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição
 - (D) implica a nulidade absoluta dos atos praticados pelo juízo incompetente.
 - (E) deve ser arguida por meio de exceção, em petição autônoma apresentada no mesmo prazo da contestação, sob pena de não poder ser conhecida pelo juiz.

70. Considere as seguintes assertivas acerca dos prazos:
- I. É considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
 - II. Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridos cinco dias.
 - III. O prazo processual estabelecido pelo juiz é contado em dias corridos, ao passo que, na contagem de prazo processual estabelecido por lei, computar-se-ão somente os dias úteis.
 - IV. O juiz não pode reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes, ainda que repare a medida conveniente à celeridade processual.
 - V. Desde que o faça de maneira expressa, a parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, faculdade que se aplica até mesmo em relação aos prazos para a interposição de recursos.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS nos itens

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.